Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Para além do PT: a esquerda brasileira e o *impeachment*[1]

Fabio Luis Barbosa dos Santos
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo
Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo
faboroso@gmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é contribuir para uma reflexão crítica acerca da corresponsabilidade que o PT tem em relação ao processo de *impeachment* que resultou no afastamento da presidenta Dilma Roussef em abril de 2016. Argumento que, ao optar por uma lógica de ocupação de poder, o partido se identificou com as práticas da política convencional que terminaram por vitimá-lo, ao mesmo tempo em que contribuiu para debilitar o campo popular. Sugiro que a associação entre o PT e uma política de esquerda tem sido um fator de imobilismo que é necessário superar, para assentar as bases de uma nova etapa da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; esquerda brasileira; impeachment.

Beyond PT: Brazilian left and the impeachment

Abstract: The purpose of this text is to contribute to a critical assessment of the Worker´s Party (PT) co-responsability on the impeachment process that resulted in president Dilma Roussef temporary destitution in April, 2016. I argue that as the party pursued a logic of occupation of power, it has identified itself with the same conventional politics that finally brought PT down. Meanwhile, this procedures have contributed to weaken the popular field. I suggest that the association between PT and left politics has resulted in political imobilism, which is necessary to overcome as a premise of a new start for the Brazilian left.

Keywords: Worker´s Party; Brazilian left; impeachment.

[1]Fabio Luis Barbosa dos Santos. Doutor em História Econômica, professor da Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. As ideias avançadas neste texto são detalhadas no ensaio "Alem do PT: crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana", com lançamento previsto para novembro de 2016.

ISBN: 978-85-7205-159-0

"Não existe outra alternativa: ou embarcar na ânsia modernizadora das elites 'neoliberais' nativas e estrangeiras, ou romper a estabilidade da ordem para forjar uma Nação e estabelecer circuitos de ida e volta entre ela, a sociedade civil e o Estado."

Florestan Fernandes. PT em movimento, 1991.

A crise que desencadeou o processo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não foi motivada por qualquer contradição política ou econômica fundamental em relação àqueles que contra ela se voltaram. Ao contrário, o governo tentou negociar até o último momento o apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para neutralizar o processo nos termos vis da política mercantil. Quando a crise se aguçou, o governo tentou fazer o roque do xadrez, deslocando o rei do canto mais protegido para o centro da tormenta. Mas foi tarde. Escalado como ministro da Casa Civil, o próprio Lula foi tragado pela torrente de escândalos. Não houve carisma nem promessas que segurassem os ratos que pulavam do navio que afundava.

Do ponto de vista programático, o segundo governo Dilma ressonava as pautas da direita. O anúncio da reforma da previdência, da reforma fiscal e o novo acordo em relação ao pré-sal, para não mencionar os ajustes fiscais, davam o tom da gestão no início de 2016. Então por que trocar de presidente?

Do ponto de vista do capital, vislumbra-se que a crise que se avoluma exigirá reformas antipopulares radicais. A questão que se coloca não é se o PT teria estômago para tragá-las, o que a estas alturas é mera especulação. Aqueles que consideram que o governo resistiria são os mesmos que denunciaram que Aécio Neves na presidência seria muito pior, mas poucos meses depois tinham dificuldades em imaginar como seria possível piorar.

O xis da questão é que o PT se tornou prescindível para realizar as reformas antipopulares exigidas pelo momento. Quando assumiu a presidência pela primeira vez, em 2003, seu prestígio diante das organizações de trabalhadores foi fundamental para viabilizar, por exemplo, uma reforma da previdência

ISBN: 978-85-7205-159-0

que Fernando Henrique não conseguira emplacar.

Em 2015, porém, a militância estava apassivada entre a dispersão e a resignação. Acomodados ao neoliberalismo, os defensores ativos do governo recorriam a argumentos cada vez mais acanhados ou delirantes, de escassa ressonância popular. Por outro lado, a perspectiva de redução no consumo das famílias, que se antevia pela primeira vez desde 2004, prenunciava que a base do lulismo estava em risco. Eram indícios de que a sua funcionalidade política também minguava.

***

Além da justa indignação com os vergonhosos episódios que culminaram na deposição ilegal e imoral da presidenta, é necessário discutir o papel que os governos do PT tiveram em produzir a situação que o vitimou.

Desde a primeira vitória de Lula, em 2002, o partido jamais cogitou construir uma correlação de forças para modificar o Estado brasileiro. Ao contrário, embarcou de modo consciente e determinado nas práticas da política profissional, caracterizada pela venalidade e pelo oportunismo, em detrimento de qualquer compromisso com um projeto nacional.

É possível que, em um primeiro momento, o móvel fosse uma convicção pragmática de que estes eram os meios possíveis para atingir fins que se pretendiam legítimos. Porém, os fatos logo trataram de desmistificar esta leitura ingênua. Pois estes meios só servem para atingir um determinado fim, que é a reprodução da ordem.

Assim, se havia uma ilusão de que os petistas manejavam o Estado por meios escusos para fins legítimos, o que ocorreu foi o inverso, e a máquina petista foi absorvida pela política convencional, da qual se tornou parte integrante. A diferença entre o PT e seus aliados com um passado de esquerda passou a se limitar às nuances e não à substância: o peixe de água doce e o peixe de água salgada, como disse Plínio de Arruda Sampaio.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Ao abdicar de qualquer perspectiva de modificar o Estado brasileiro, que é estruturado para manter a dominação de classe, o PT encaminhou seu governo pela estrada da direita e logo engatou a quinta marcha. Era um caminho político sem volta, e cheio de pedágios: Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Paulo Maluf e Fernando Collor de Mello estiveram entre os mais notórios. A chamada "governabilidade" significava apoiar, cada vez mais, a sustentação do governo no movediço lodaçal da politicagem parlamentar.

O outro lado desta política foi distanciar-se cada vez mais das bases populares do partido. Enquanto as engrenagens da cooptação neutralizavam alguns dos setores mais organizados e combativos dos trabalhadores brasileiros, aqueles na base da pirâmide social eram incorporados às políticas de renda condicionada. Nenhuma delas fomentou a politização, mas o seu contrário. A postura do governo no campo da comunicação traduzia essas escolhas: não se tratava de fomentar os meios alternativos e a consciência crítica, mas de conseguir a simpatia da mídia corporativa, cujo poder permaneceu intocado.

O resultado desta política foi que as bases de apoio inorgânicas ao governo se vincularam aos modestos e passageiros avanços facilitados em anos de crescimento econômico, cuja dinâmica não se controla. Entre os setores organizados, a disjuntiva entre ser sócio minoritário do poder ou fazer oposição provocou fraturas no movimento sindical e em organizações populares. A defesa de um governo antipopular , porém identificado com a esquerda, gerou situações ambíguas para a militância, em todos os níveis. No limite, as contradições distanciaram as organizações das suas bases. Apenas os mais comprometidos política ou emocionalmente com o PT eram capazes de fazer vistas tão grossas ao que ocorria. Ainda que estas tensões não tenham convergido em uma oposição de esquerda, a desilusão reforçou o apassivamento e a fragmentação.

Para quem queria ver, a noção de que era possível disputar o governo e trazê-lo para a esquerda já havido nascido morta. Em primeiro lugar, porque o governo nunca esteve aberto a esta possibilidade: sua relação com as organizações populares foi sempre instrumental, reforçada pela manipulação carismática de seu grande líder. Em segundo lugar, a economia política do lulismo implicava em um debilitamento das organizações de trabalhadores. O esgarçamento do tecido social e a alienação inerente ao marketing político dificultavam a mobilização, mas a perda de autonomia foi fatal do ponto de vista da eficácia.

Fazendo uma figura de linguagem, os movimentos se casaram com o governo acreditando que o mudariam, mas foram eles que acabaram mudando. Por sua vez, o governo descobriu neste casamento que,

ISBN: 978-85-7205-159-0

apesar de numerosas traições públicas, o divórcio estava fora do ecúmeno do parceiro. Assim, o recurso a alianças sórdidas e práticas imorais não teve limite. Vulgarizando a analogia, enquanto o governo sentia que não precisava cultivar o cônjuge, que tudo podia entender, se desdobrava para agradar os amantes, entre os quais o voluptuoso PMDB.

As crises políticas acentuaram o descolamento entre a fidelidade dos movimentos e a venalidade do governo. Desde a primeira grave crise em torno do mensalão, a base orgânica do PT brandiu a ameaça de golpe, apesar do consenso contra o *impeachment* entre os principais setores da burguesia. Enquanto isso, o Planalto respondia reforçando a participação do PMDB no governo, os compromissos com o capital financeiro e as políticas assistencialistas focalizadas.

Nas semanas que antecederam o afastamento de Dilma, em 2016, o funcionalismo público que se mobilizava contra o golpe foi surpreendido por um projeto de lei que congelava seus salários e promoções por dois anos, em consonância com o programa do ministro Joaquim Levy. Ainda assim, ouvi em assembleia docente quem argumentasse que era preciso defender o governo, pois o que viria em caso de *impeachment* seria pior. Esta é uma lógica tautológica, que não tem fim: afinal, na vida, como na história, sempre é possível piorar.

***

Os esforços ultimados pelo governo para brecar a instauração do *impeachment* foram na mesma moeda daqueles que o aceleravam: a politicagem. As mobilizações importavam sobretudo para fortalecer (ou enfraquecer) sua posição negociadora. A capa da revista *Veja* na semana derradeira satirizava cargos e ministérios em liquidação: era fiel ao que acontecia, uma raridade neste grosseiro panfleto.

Todo mundo sabia que as pedaladas fiscais eram um pretexto. Menos alguns jovens íntegros, ainda inocentes na política, que pesquisaram as leis em busca da verdade. Descobriram duas coisas: a verdade não existe e o direito é interpretativo — subordinado, portanto, à ideologia. São duas descobertas valiosas.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Foi batizada como pedalada fiscal a prática de adiar o repasse a bancos públicos de recursos a serem distribuídos em programas governamentais, como o Bolsa Família. O objetivo é minimizar provisoriamente desequilíbrios no orçamento para transmitir a impressão de que as contas públicas estão em uma situação melhor do que realmente estão. Para não atrasar os repasses, os bancos recorrem a recursos próprios, que posteriormente são restituídos pela União.

Segundo o parecer do Tribunal de Contas da União, esta prática configura um empréstimo, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal instituída no governo FHC em 2000. É uma ironia que o governo se veja refém de uma lei repudiada desde a origem pelos setores populares, mas que nunca se cogitou revogar. A admissão de que esta é uma prática irregular é controversa, uma vez que os governos anteriores (Lula e FHC) também incorreram em "pedaladas". A maior parte dos estados da federação também a ela recorreu no último exercício fiscal. Seria o caso de depor dezessete governadores?

Assumindo-se que a prática configura uma infração, há uma segunda questão interpretativa: avaliar se configura ou não um "crime de responsabilidade", figura constitucional que faculta o impedimento. Ocorre que a definição deste crime é vaga. O artigo 85 da Constituição descreve como crimes de responsabilidades aqueles que atentem contra a própria Constituição e especificamente contra "a existência da União, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do País, a probidade da Administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e das decisões judiciais".

Presumivelmente, uma infração que implica na deposição de um presidente eleito deve ser gravíssima e comprovada — inclusive porque a prática jurídica recomenda que, na dúvida, prevalece a inocência. Por isso o governo assumiu o mote: "sem crime de responsabilidade, o *impeachment* é golpe", o que é correto. Por fim, é difícil sustentar que as "pedaladas fiscais" sejam gravemente lesivas para o interesse nacional.

Esta breve análise nos leva de volta ao começo: o *impeachment* foi um julgamento político arbitrário, uma vez que deputados e senadores não têm o direito de revogar um mandato popular, por mais impopular que ele seja.

Nas ruas, como no Congresso, predominou a indiferenciação entre meios e fins. A proposta da esquerda petista de defender a legalidade e combater o ajuste fiscal era superficialmente racional. Mas, na prática, beirava a esquizofrenia. Poucos saíram às ruas para defender a legalidade a despeito deste governo,

ISBN: 978-85-7205-159-0

e menos gente ainda vestiu-se de verde-amarelo porque consideravam as "pedaladas fiscais" um crime imperdoável. Por trás do jogo de cena, o conjunto dos manifestantes foi movido por sentimentos em relação ao PT, ainda identificado ilegitimamente com a esquerda.

É importante lembrar que a maioria dos deputados que declararam seu voto a favor do *impeachment*, envergonhando a todos os brasileiros e brasileiras sensíveis, inclusive os jovens íntegros já não mais tão inocentes na política, foram em seu momento aliados do governo.

***

Para além do grotesco espetáculo do *impeachment*, este episódio evidenciou um notável rebaixamento da prática republicana, do qual o PT é corresponsável. O espetáculo de juízes cujo voto é determinado por preconcepções políticas sabidas por todos; as infrações à lei para produzir factoides cujo significado é distorcido e amplificado pela mídia; as vis articulações golpistas a céu aberto entre Judiciário, Congresso, mídia e grande capital; as barganhas envolvendo notórios corruptos para definir o futuro do país; a mídia corporativa e o parlamento, que se permitiram grosserias com figuras públicas que exigem o mesmo respeito que se deve aos mais velhos. Parafraseando Hannah Arendt, observa-se uma banalização do imoral.

Este rebaixamento da coisa pública visa naturalizar o que Marx descreveu como "cretinismo parlamentar", ou seja, a redução da política ao tráfico de interesses na esfera parlamentar, o que é uma modalidade aguda de despolitização. A mensagem transmitida aos jovens é que fazer política no Brasil é isso, assim como nos Estados Unidos é levantar recursos e acertar no marketing. Já o relativismo jurídico degenerou a tal ponto que se contam nos dedos de uma mão os deputados que vincularam seu voto pelo *impeachment* à ilegalidade das "pedaladas". Sequer disfarçou-se que qualquer pretexto jurídico serviria para encenar a farsa.

O resultado do conjunto é a desmoralização dos Três Poderes. Superficialmente, isso alimenta a apatia e a despolitização, pois, como dizia Frei Betto, quem tem nojo de política é manipulado por quem não tem. Mas o momento também contém um necessário potencial de radicalização, pois, para mudar o Brasil, de

ISBN: 978-85-7205-159-0

fato será preciso um dia *que se vayan todos*, como se cantou na Argentina em 2001. Evidentemente, isso exigirá uma força popular da qual estamos distantes. E os governos do PT aumentaram muito essa distância, em lugar de encurtá-la.

Porque além da degeneração do tecido social brasileiro, que tem expressão política visível no grotesco espetáculo do *impeachment*, o lulismo teve um impacto regressivo formidável sobre a esquerda brasileira. No plano político, a noção de que a oposição ao governo era fazer o jogo da direita, conduziu ao imobilismo. O fantasma de que todo escândalo de corrupção tratava-se de golpismo cegou a militância ao exercício necessário da crítica e da autocrítica. Como foi possível compactuar com o mensalão? Como a prisão de empreiteiros pela Operação Lava Jato pode ser reduzida a uma perseguição política? Por acaso a corrupção das campeãs nacionais é menos criminosa do que as demais?

Este embaçamento dos critérios também dificultou a leitura das nuances conjunturais, o que permitiria entender quando de fato se configurou o golpismo e por quê. Mas para isso é necessário autonomia, virtude capital para qualquer organização popular.

Refém do modo petista de regular o conflito social, o horizonte político de sua base se estreitou cada vez mais, até se confundir com uma apologia da ordem. "Neodesenvolvimentismo", "regionalismo pós-neoliberal", "nova classe média", "nova classe C" são algumas ideologias mobilizadas no processo. Cada um tem o direito de formar suas convicções políticas, e não há pecado em defendê-las. O problema é que o PT era identificado com a esquerda por antonomásia e, portanto, esta apologia da ordem foi interpretada e defendida *como se fosse* uma política de esquerda.

Na prática, a convergência entre as estratégias petistas de neutralização da crítica e a incapacidade dos militantes em se desprenderem emocionalmente do partido provocou uma espécie de sequestro da esquerda. Em outras palavras, o mais grave não é que o PT pratique uma política conservadora, mas sim que isso seja identificado como uma política de esquerda. Este "pragmatismo" reduziu em tal proporção o horizonte da mudança que terminou simplesmente por congelá-la. O imobilismo é a principal herança política do PT após três presidências e meia.

A meu ver, este foi o argumento mais forte em defesa do voto nulo contra o voto pelo mal menor em pleitos passados: é preciso libertar a imaginação da esquerda, aprisionada na garrafa pelo gênio lulista.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Afinal de contas, o argumento do mal menor depende de perspectiva histórica. Visto do ângulo do período que se abre, é difícil achar que o campo popular está mais preparado para enfrentar os ataques que se anunciam do que estava há uma década e meia. Ao longo dos governos do PT, os instrumentos de poder popular não foram fortalecidos, mas debilitados. Evidentemente, há alguns sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos que preservam a autonomia. Mas, no conjunto, o apassivamento — conjugado ao sequestro ideológico — enfraqueceu o campo popular.

E este foi outro paradoxo das crises vividas pelo PT no poder: uma hipotética saída pela esquerda tornou-se cada vez menos possível, porque os atores que poderiam sustentá-la tiveram sua combatividade progressivamente drenada.

***

A experiência petista ilustra, como nenhuma outra na história brasileira, os limites para a reforma dentro da ordem. Do ponto de vista político, é irrelevante saber se Lula tinha ou não a intenção de mudar o Brasil quando se elegeu presidente. Objetivamente, os governos petistas apostaram em mudar nas áreas em que era possível conciliar. Pela via da conciliação, avançaram propostas amenizando a situação dos brasileiros mais pobres, com destaque para políticas focalizadas defendidas pelo Banco Mundial e adotadas por vários governos conservadores no continente.

Porém, inquestionada a articulação entre dependência e assimetria, os modestos e desde logo reversíveis avanços sociais foram alcançados às custas da própria nação. Após três mandatos e meio, é difícil quem não reconheça que o Brasil é uma sociedade cada vez mais violenta; com mais crime organizado e também desorganizado; mais engarrafada nas cidades; mais dependente de produtos primários; mais distante da reforma agrária; mais desmatada; mais exploradora do trabalho; mais desindustrializada; mais desnacionalizada; mais vulnerável ao capital financeiro; mais embrutecida; mais vulgar; mais consumista; mais alienada; e menos democrática. Não há estatística que desanque esta percepção, porque ela é orgânica. Isso, as jornadas de junho de 2013 mostraram.

ISBN: 978-85-7205-159-0

É esse o balanço, em poucas linhas, da aposta conciliatória do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Os avanços urdidos pelas beiradas da ordem se revelam provisórios e irrisórios diante do apodrecimento do tecido social da nação, que arrasta a todos, começando pelas próprias beiradas. Na América Latina, há muito pouco que os trabalhadores tenham a ceder em um pacto com o capital, além do seu patrimônio mais precioso: a autonomia.

A tática conciliatória petista pode ser interpretada com benevolência, advogando-se um pragmatismo responsável cujo alcance teria sido limitado pelo conservadorismo imperante. Mas também pode ser vista como uma tentativa de domesticação dos setores populares funcional à reprodução da ordem, que serviu como passaporte para a integração do partido a esta mesma ordem, em um papel protagonista.

Três mandatos depois, este papel do PT se tornou dispensável. Porque quando as precárias bases econômicas em que se assentou a paz social petista começaram a fazer água, quem recobrou a iniciativa foi a direita. A esquerda se encontra desorganizada, entre uma juventude que busca novas formas políticas e as viúvas do PT, que ainda esperam sua ressurreição. O próprio partido contribuiu decisivamente para esse estado de coisas, alimentando ilusões de mudança quando lhe foi conveniente, ao mesmo tempo em que mostrou a intransigência típica do Estado burguês com os que lhe desafiaram.

Durante uma geração, o partido foi a principal referência para a qual convergiram sindicatos, movimentos populares e militantes de modo geral: o polo aglutinador da esquerda brasileira. Por isso, diante da incapacidade dos setores progressistas em reagir à transformação do partido em uma força da ordem, a bancarrota do PT é identificada com uma desmoralização da própria esquerda — o que é parcialmente verdadeiro, pois uma nova referência da esquerda no país ainda está por ser construída.

A defenestração do PT arrasta consigo o conjunto de organizações que sacrificaram sua autonomia no altar da governabilidade. O fechamento das portas em Brasília lhes tira o chão, acentuando a vulnerabilidade dos trabalhadores. Neste cenário, a reação conservadora liberal prescinde de instrumentos de mediação do conflito social, papel outrora exercido pelo PT, porque não tem adversários de peso a enfrentar. A esquerda está fragmentada, desarmada e desmoralizada. E a mobilização maior está do outro lado.

ISBN: 978-85-7205-159-0

***

Não sou adepto do "quanto pior melhor" e o *impeachment* me entristece. Mas considero que este desdobramento não pode ser considerado surpreendente nem tampouco trágico. É preciso encarar os fatos e aprender com eles.

Isto implica reconhecer a responsabilidade do PT em relação à situação que o consumiu. Qualquer leitura dos eventos centrada na imparcialidade do Judiciário, na inescrupulosidade do Congresso, na voracidade peemedebista, no interesse estadunidense e assim por diante, deve ser denunciada como uma manobra diversionista, cujo fim último é absolver o PT. É preciso reconhecer que este mesmo ambiente pútrido foi o meio de vida do partido durante treze anos. Não houve qualquer surpresa no comportamento dos protagonistas do *impeachment*, nem mesmo nas traições. Parodiando a visão dos Estados Unidos sobre o ex-presidente nicaraguense Anastasio Somoza, Michel Temer pode ser um "filho da mãe", mas para os petistas ele foi, por muito tempo, o "seu filho da mãe".

Destacar a responsabilidade do PT pela crise atual é fundamental para dissociar o partido e a esquerda brasileira, assentando as bases de uma nova etapa. É preciso esclarecer que o PT não será parte desta reconstrução, a não ser de forma residual. O partido esgotou seu papel histórico e é irreformável. Subsistirá como uma caricatura de si mesmo, como ocorre com o Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) peruano ou com o peronismo argentino. É provável que seja cada vez mais dependente do seu líder, caso ele sobreviva politicamente.

É evidente que há muitos militantes valorosos dentro do partido. Mesmo em seus escalões mais altos é possível encontrar gente íntegra, comprometida com a mudança e que não compactua com muitas das práticas implementadas. Porém, tais quadros nunca foram capazes de se contrapor ao destino partidário — e não o serão agora.

O PT está de tal modo enredado nas teias da política convencional que, se fosse uma casa, o arquiteto desafiado a reformá-la optaria por derrubá-la e fazer uma nova. Porém, o partido foi construído no terreno do reformismo nacional-popular. É necessário, portanto, que a nova fundação seja feita em outro terreno. Em suma, será preciso construir novos instrumentos políticos.

ISBN: 978-85-7205-159-0

***

Consumado o golpe, não será possível levar o time da esquerda para o vestiário, propor algumas substituições e a troca do capitão, com a perspectiva de virar o jogo. Essa partida a esquerda perdeu. Agora, precisará se preparar em outras bases para encarar o porvir. Isso terá que ser feito fora dos marcos da cartolagem comandada por Lula. O povo brasileiro precisa de outro esquema tático e de outro horizonte estratégico, que só podem ser forjados em categorias de base alheias à surrada política convencional, com a qual o PT se identificou.

No plano objetivo, novas formas políticas estão sendo inventadas. Descobre-se que as redes sociais podem servir para a alienação, mas também para a organização. Assim como no plano teórico se enfrenta o desafio de integrar as questões ecológica, de gênero e de cor da pele, entre outras, a uma política de classe, acredito que o desafio das novas formas organizativas exige combinar a imaginação política à eficiência do partido, entendido como o instrumento para onde convergem as variadas expressões da luta social.

No plano subjetivo, é necessário tecer outro horizonte civilizatório, radical na amplitude e na profundidade. Como ponto de partida, é imperativo restituir a superação da articulação entre dependência e desigualdade como uma necessidade histórica. Este deve ser o mínimo denominador comum das expressões políticas de esquerda. Quem está no campo da modernização dos padrões de consumo, como foi o caso dos governos petistas, está no partido da ordem.

A militância que coloca o compromisso com a mudança acima de qualquer fidelidade organizacional precisa levantar a cabeça, arregaçar as mangas e retomar o trabalho. Assim como o colapso da União Soviética não foi o fim do socialismo, mas a derrota do primeiro governo operário e camponês da história, em uma experiência prenhe de ensinamentos às revoluções futuras, a degringolada do PT traduz a derrota do primeiro esforço de autonomização das classes trabalhadoras brasileiras, do qual podem ser extraídas lições fundamentais para construir uma revolução por vir.

Um balanço da experiência petista à luz do movimento da história latino-americana recente é uma tarefa coletiva, a ser construída entre os setores comprometidos com a mudança do Brasil. Neste momento, esta é uma necessidade histórica, pois a prática futura precisa ter como ponto de partida a compreensão do que se passou, seguindo a tradição da *práxis* marxista, ou seja, da prática pensada.

ISBN: 978-85-7205-159-0